



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14254 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

A POLÍTICA DE BONIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DISCUSSÃO A PARTIR DE ARTIGOS PUBLICADOS NOS PERIÓDICOS DA CAPES (2012-2020)

Paôla Fortunato Cardoso - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Mirian Souza da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Jean Mauro de Abreu Morais - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

A POLÍTICA DE BONIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DISCUSSÃO A PARTIR DE ARTIGOS PUBLICADOS NOS PERIÓDICOS DA CAPES (2012-2020)

Resumo: Este trabalho objetiva apresentar os resultados da busca no Portal de Periódicos da CAPES sobre as produções que versam acerca a política de bonificação na educação. É um estudo de natureza qualitativa e documental que utilizou o Portal de Periódicos CAPES como base para coleta dos dados. Os resultados apontam que a política de bônus é um mecanismo adotado pelos sistemas de ensino que, vinculado a outros fatores do contexto educacional, é defendido sob o pressuposto de ser um instrumento que colabora para a melhoria da qualidade na oferta da educação pública, no aumento do desempenho dos alunos, na melhoria na gestão escolar. Todavia, acaba por se consolidar como instrumento que reitera um processo de responsabilização educacional imposto sobre a escola pública e o trabalho docente.

Palavras-chave: Política de Bonificação, Educação Básica, Responsabilização do magistério.

Introdução

Com início a partir dos anos de 1980 no Reino Unido e nos Estados Unidos da América e sendo implementada na defesa de induzir melhorias nos resultados escolares, a política de responsabilização educacional, também chamada de política de *accountability*, foi,

nos últimos anos, ganhando força no contexto de educação no Brasil. Essa política é constituída, dentre outros elementos, da política de bonificação, elemento que será discutido mais especificamente nesse trabalho.

De um modo geral, a adoção da política de bônus aplicada à educação brasileira é defendida como um mecanismo para motivar os profissionais da educação pública e, nessa perspectiva, tem-se posicionamentos favoráveis e contrários. Em uma perspectiva em favor da política, Brooke (2013) aponta a bonificação como sendo o “ingrediente consequência” que se configura como um incentivo, mediante padrões anteriormente estabelecidos frente a um processo avaliativo, ao passo que o não recebimento do bônus se configuraria como a punição. Entretanto, divergindo da adoção da política de bônus, Freitas (2012), argumenta que ela traz efeitos negativos tanto ao contexto escolar quanto ao exercício dos profissionais da educação, principalmente, do professor. Freitas (2012) destaca que a adoção de bônus é parte da política de responsabilização educacional que, em sua materialização, traduz e alarga as diferenças educacionais, uma vez a referida política desconsidera as distorções educacionais de origem que findam por interferir nos resultados de desempenho educacional. Cabe destacar que, no Brasil, segundo Perboni (2017), existiam 7 (sete) estados que haviam feito adoção da política de bonificação em seus sistemas de ensino.

Nesse sentido, considerando que a política de bonificação tem ganhado espaço nos sistemas educacionais do país, para este trabalho, propomos apresentar os resultados da busca no Portal de Periódicos da CAPES, discutindo as considerações que os artigos selecionados apontaram quanto à adoção da política de bonificação na educação. Desse modo, trouxemos Freitas (2011, 2012); Sordi e Freitas (2013); Brooke (2013) e Afonso (2009, 2018) para suporte teórico na discussão.

Metodologia

Em termos de classificação, esse estudo se configura como uma pesquisa qualitativa, exploratória que, relativamente aos procedimentos técnicos, adotou a pesquisa documental. Para desenvolvimento do estudo, inicialmente, foi construído uma planilha eletrônica como instrumento para a coleta de dados. Na sequência, realizou-se uma busca no Portal de Periódicos da CAPES utilizando-se o seguinte como descritor: *Política de Bônus na Educação*.

Prosseguindo, para coleta e registro dos resultados foram aplicados os seguintes filtros: delimitação do tempo, uma década, de 2012 a 2022; revisado por pares; artigo e idioma: português. Na sequência, realizou-se a construção de um quadro com o quantitativo de resultados encontrados.

Posteriormente, foi realizada a leitura dos resumos e conclusões dos artigos visando,

preliminarmente, identificar e selecionar os artigos que não retratavam a educação básica e, posteriormente, articulando com base teórica, realizar a análise das produções que atendiam o objetivo deste trabalho.

Resultados parciais e discussão

Mediante a pesquisa no Portal de Periódicos da CAPES, ao aplicar o descritor utilizado: *Política de Bônus na Educação*, inicialmente, somente com a delimitação temporal obteve-se 36 (trinta e seis) resultados; em seguida, ao aplicar mais três filtros, sendo eles: disponibilidade, tipo de recurso e idioma, reduziu para 13 (treze), conforme podemos observar no quadro 1, abaixo:

Quadro 1: Quantidade de resultados da Plataforma CAPES – Período: 2012 a 2022

Filtro (cumulativo) aplicado	Descritor utilizado
	Política de Bônus na Educação
Anos: 2012 - 2022	36
Disponibilidade: Revisado por pares	20
Tipo de Recurso: Artigo	20
Idioma: Português	13

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Considerando os resultados obtidos na busca, realizamos leitura dos resumos dos 13 (treze) artigos e identificamos 05 (cinco) que não faziam referência à educação básica e assim os desconsideramos para fins de análise. Desse modo, conforme quadro 2, discorreremos a análise de apenas 08 (oito) artigos.

Quadro 2: Quantidade de artigos analisados

Resultados	Descritor
	Política de Bônus na Educação
Total	13
Descartados	05
Utilizados	08

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Na sequência, realizamos a leitura das considerações finais dos 08 (oito) artigos, atentando-se para quais elementos foram pontuados referente à adoção e materialização do bônus no contexto educacional e, para melhor observação, organizamos uma sistematização dos elementos identificados a partir da leitura, expostos no quadro 3, abaixo:

Quadro 3: Síntese referente à análise das considerações dos artigos selecionados

Artigo analisado	O que o artigo em análise pontuou
Artigo 1	A adoção do bônus, dentre outros fatores, visava incentivar as escolas a participarem das avaliações em larga escala, alcançando efeito relativo quanto a esse objetivo.
Artigo 2	A adoção do bônus objetivava aumento do desempenho dos alunos. Os resultados mostraram impacto do bônus nas notas dos alunos, prioritariamente em português e matemática.
Artigos 3 e 4	A bonificação está vinculada às avaliações dos sistemas de ensino, relacionada à fatores da qualidade e da gestão educacional, entretanto, finda por se posicionar como mecanismo de avaliação do desempenho docente, porém, direcionando para um gestão de quase mercado na educação.
Artigo 5	Reflexão ao uso inadequado dos resultados das avaliações em larga escala.
Artigo 6	A bonificação se entrelaça como um dos elementos que integra um sistema amplo que compreende o processo de responsabilização educacional, porém, destaca-se a necessidade de maior compreensão do termo e uso da <i>accountability</i> .
Artigos 7	O bônus se configura como mecanismo na busca pela qualidade na oferta da educação escolarizada, mas demonstra fragilidade quanto a efetividade.
Artigo 8	A bonificação se configura como parte do processo de avaliação da gestão escolar, processo esse que se consolidou como instrumento de auditoria.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

É possível pontuar que a política de bonificação está intrinsecamente atrelada a determinadas categorias tais como: avaliação em larga escala, responsabilização educacional, busca pela qualidade educacional, avaliação do desempenho docente, elevação do desempenho dos alunos. Entretanto, as discussões se dão em como é efetivada essa relação entre a política de bônus e essas outras categorias.

Em se tratando da relação com as avaliações em larga escala, considera-se que o bônus aparece como resultado de um processo mais amplo, sendo que os resultados dessas avaliações, em sua grande parte, configuram-se como base para critério de recebimento (ou não) do bônus por parte dos profissionais da educação. Sobre essa questão reside um questionamento quanto ao uso que é feito dos resultados das avaliações em larga escala, pois as avaliações dispõem de finalidades necessárias no contexto educacional, porém a distorção quanto à utilização dos resultados, comprometem a real finalidade.

Freitas (2011) analisa que

Os testes têm seu lugar no mundo educacional como uma ferramenta de pesquisa, entretanto eles foram sequestrados pelo mercado e pelo mundo dos negócios e nele, as suas naturais limitações são ignoradas. [...] Os testes associam a sua função de medir, o papel de controle ideológico dos objetivos da educação [...] e têm o objetivo de controlar os atores envolvidos no processo educacional. Sem testes, não há responsabilização e meritocracia – teses fundamentais do mercado. (FREITAS, 2011, p. 10).

Nesses limites, finda por ser estabelecido um sistema de controle e regulação referente

ao trabalho desenvolvido nas escolas. E, considerando o entrelaçamento dos elementos, referente ao fator da *accountability*, Afonso (2018) indica a necessidade de construção de sistemas democráticos, participativos, transparentes e justos na articulação das avaliações e na prestação de contas.

Em perspectiva similar, Sordi e Freitas (2013) ratificam a proposta de uma responsabilização participativa, referente ao processo de escolarização, de modo que não haja uma atribuição quase que total à figura do professor, e, frente a esse entendimento estes autores defendem que

A busca de outra ética e epistemologia para os processos de regulação da qualidade da escola pública tem desafiado as redes de ensino a conceber e implementar modelos alternativos, a que denominamos “responsabilização participativa”. Assentados nas categorias da participação e da negociação com os atores sociais implicados, esses processos, mais do que incluir os atores, buscam com eles deliberar sobre os objetivos e compromissos inerentes às concepções mais amplas de qualidade educacional capazes de servir a interesses emancipatórios (SORDI; FREITAS, 2013, p. 91).

Desse modo, ressalta-se a defesa de discussões mais amplas referente aos mecanismos que são adotados no contexto educacional, sustentando-se no argumento de que estão colaborando com a oferta de uma educação de qualidade, considerando a necessidade de não promover uma *accountability* pública mediante as lógicas de mercado que “desvalorizam a escola pública enquanto escola publicamente comprometida com os princípios da igualdade real de oportunidades para todos, da pluralidade de excelências, da justiça educacional e da cidadania democrática” (AFONSO, 2009, p. 23).

Considerações finais

O presente trabalho buscou apresentar os resultados da busca no Portal de Periódicos da CAPES sobre as produções que versam sobre a política de bonificação na educação. A adoção da política de bonificação pelos sistemas públicos de educação vincula-se a outros fatores do contexto educacional, assumindo uma configuração, de certo modo, de resultado de outras políticas educacionais, como a política de avaliação, de gestão, de ações frente à busca pela qualidade na oferta da educação básica pública, entretanto, pode-se afirmar que a sua adoção finda por ser um mecanismo paliativo frente às reais necessidades e desafios para melhoria da escolarização básica no país.

Em uma perspectiva geral, os artigos analisados apontam que a adoção da política de bônus não traz impactos expressivos, pois, embora, seja possível identificação de efeitos positivos em notas dos alunos, esse fator concentrou-se em disciplinas específicas, outra questão é que o bônus finda por se materializar como instrumento de poder de cobrança

referente ao trabalho docente, para além de impor sobre esse profissional uma responsabilidade quase total quanto ao sucesso ou fracasso dos alunos.

Ressalta-se, ainda, que a política de bonificação vem sendo apresentada como um instrumento de valorização docente, entretanto, no processo de efetivação indica um excesso de sobrecarga para tais profissionais, em detrimento, dentre outros fatores, da construção e estruturação de um sólido plano de carreira para os profissionais da educação básica.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à *accountability* baseada em testes estandardizados e rankings escolares.** Revista Lusófona de Educação, 2009, 13-29.

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: fundamentos e políticas da educação básica e superior.** Rev. educ. PUC-Camp., Campinas, 23(1):8-18, jan./abr., 2018

BROOKE, Nigel. **Sobre a equidade e outros impactos dos incentivos monetários para professores.** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 24, n. 55, p. 34-62, abr./ago. 2013. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/ae/article/view/2719>. Acesso em: jan. 2019.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012

FREITAS, Luis Carlos de. **Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar do neotecnicismo?** Texto apresentado no III Seminário de Educação Brasileira promovido pelo CEDES no SIMPÓSIO PNE: DIRETRIZES PARA A AVALIAÇÃO E REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, fev/2011a.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Políticas de responsabilização: entre a falta de evidência e a ética.** Caderno de Pesquisa, v. 43, n. 148, p. 348-365, jan./abr. 2013.

PERBONI, Fabio. **Tendências e convergências das políticas de bonificação vinculadas às avaliações externas e em larga escala nas redes estaduais de educação.** Disponível em http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017 Acesso em: nov. 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2016.

SORDI, Maria Regina Lemes de; FREITAS, Luiz Carlos de. **Responsabilização participativa.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 12, p. 87-99, jan./jun. 2013.